

## CARTA DE CURITIBA

Os presidentes dos CAU/UFs, reunidos na cidade de Curitiba nos 17 e 18 de novembro de 2014, reafirmam a importância do Fórum enquanto instância de debate e aprofundamento das questões políticas na área de Arquitetura e Urbanismo em todo o território nacional, foi com este propósito que ocorreu o primeiro encontro na cidade de Goiânia em Junho de 2012. Este evento contribuiu para definição de metas quanto a organização estrutural do CAU, principalmente em relação às questões de planejamento e gestão administrativa.

A concepção do Fórum evoluiu, ao largo de dois anos e seis meses ocorreram reuniões nas mais diversas regiões do Brasil, possibilitou ampliar os horizontes do debate, acrescentando preocupações com questões sociais, políticas e econômicas que afetam diretamente a produção da arquitetura e do urbanismo. O Fórum se consolidou com uma instância democrática entre os entes federados, neste trajeto foram realizadas diversas apresentações de instituições públicas e privadas sobre as cidades brasileiras.

A escolha de Curitiba como a última cidade, deve-se principalmente ao contexto do planejamento urbano construído pelo IPPUC em um período de 50 anos. Deve-se deixar evidente, que nas últimas décadas até mesmo Curitiba trocou um planejamento de Estado por um planejamento exclusivamente de governo. Isto fez com que recaíssem sobre a capital paranaense os múltiplos problemas inerentes às demais metrópoles brasileiras.

Construir uma perspectiva para o Fórum de Presidentes foi e tem sido o grande desafio daqueles que integraram o processo desde a implantação deste Conselho em todo território brasileiro, deu a legitimidade, credibilidade e confiabilidade. As divergências muitas vezes acirradas entre os membros possibilitou construir um ideário político. Não basta somente vislumbrar a discussão de temas eminentemente técnicos, é preciso maior envolvimento no contexto político e social, algo que ficou afastado da arquitetura e do urbanismo durante décadas.

Dificuldades internas ocorreram relacionadas com o entendimento sobre a responsabilidade política do CAU. Algumas vezes, questões menores ocuparam tempo e ideias em detrimento de objetivos fundamentais e mais ambiciosos. Como resultado prático das discussões os detalhes de Resoluções sem relação direta com desafios enfrentados localmente e experimentados pelos CAU/UF's e suficientemente próximos aos grandes problemas urbanos de nosso povo.

Antes, durante e depois, o que se viu foi consequência geral do Estado e das instituições, fato que corrobora para acreditarmos que estamos convivendo com uma grave crise ética. Mesmo o próprio CAU experimentou, pela primeira vez, organizar uma eleição, visto que o processo eleitoral anterior foi conduzido pelas Câmaras de Arquitetura dos CREAs. A percepção foi de um comportamento nada adequado à conduta de pessoas e instituições.

As eleições gerais refletiram a escassez de políticas públicas. A crise ética tem contaminado nossa sociedade e impactado no seu estado de degradação evidenciado num processo acelerado de desumanização. Essa crise deixou rastros nas últimas eleições do CAU. Os debates nem sempre se apresentaram propositivos, construtivamente críticos, reduzidos aos ataques agressivos, injustos, individuais e improdutivos com o único objetivo do êxito eleitoral.

O novo desafio de planejamento de longo prazo é ser transformado em um planejamento da sociedade. Envolver de forma efetiva todos os segmentos implica na mudança de paradigma, em que o urbanismo seja possível ser traduzido de forma simplificada, operacional e envolvente entre os diversos atores sociais. Neste desafio, torna-se imprescindível a definição dos papéis institucionais que irão aferir não somente resultados, mas o acompanhamento permanente e vigilante das proposições de Estado.

O projeto que criou o CAU idealizado por todas as entidades nacionais de arquitetura e urbanismo teve na unidade o fator de fortalecimento. É preciso evitar as anomalias observadas no período eleitoral, pode prejudicar a identidade da instituição. O futuro vislumbra um processo com mais transparência e lisura, respeito, no sentimento que predominou na implantação do CAU, a satisfação plena por um CAU atuante e presente em todo o território nacional.

O Fórum deverá aproximar o debate com a sociedade civil a fim de promover a inserção e inclusão social no desenvolvimento de planos, programas e projetos, acompanhar em conjunto com o CAU/BR o desenvolvimento de propostas no cenário legislativo que ferem princípios das atividades de arquitetura e urbanismo. Será crucial aproximar e envolver as instituições de ensino e de pesquisa para que promovam, de forma coletiva e associada, o sentimento de mudança junto aos jovens arquitetos e urbanistas.

O papel e o envolvimento dos diversos atores sociais (Universidades, Centros de Pesquisas, ONGS e Organizações da sociedade civil), torna-se imprescindível a partir de um contexto político e social. É fato que as instituições tradicionais perderam ao longo de décadas o valor e a importância na defesa dos interesses sociais, por conta de uma prática puramente racional, mercantilista e imediatista baseada tão somente em resultados, muitas vezes de caráter duvidoso.

É preciso fortalecer o debate político nas escolas de arquitetura e urbanismo, não restringir o ensino a um conjunto de experiências que melhoram a concepção do projeto, é preciso uma nova visão sistêmica. Portanto, a missão do Fórum é ir além dos propósitos descritos na Lei 12.378 que criou o CAU. O Fórum não estava previsto em lei, mas resultou do debate latente, da real necessidade de construir uma política de valorização profissional, sem ficar somente na aplicação de uma enxurrada de atos normativos. É possível ampliar os horizontes, entender a lógica das nossas cidades, evitar que se criem programas que distorcem a concepção mais da ideia de cidade.

O 17º. Fórum de Presidentes realizado em Curitiba destaca que a experiência e os conhecimentos acumulados e consolidados ao longo desses três anos, dão condições para

vislumbrar com mais segurança os rumos necessários a serem seguidos para o favorecimento futuro da arquitetura e urbanismo no Brasil. Ocorreram múltiplos avanços, porém há necessidade de protagonizar mudanças fundamentais no conceito de planejamento, leve em conta a diversidade da militância, competência e ética na construção de um projeto de Nação.

A sociedade encontra-se fragilizada não se mostra plenamente convencida da importância de uma revolução nos espaços das cidades que continuam reféns de políticas casuísticas de curto prazo objetivam prioritariamente a perpetuação política de uma minoria alimentada pelos benefícios imediatistas de grupos que apenas especulam sobre o espaço urbano.

O Fórum de Presidentes tem sido uma instância do debate para avançar em questões fundamentais no desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo em todo o território nacional. Próximo triênio (2015 – 2017) o compromisso maior será com uma agenda política capaz de alcançar os temas imprescindíveis para o aperfeiçoamento desta instância como algo propositivo. O debate conceitual sobre a cidade que queremos está contido nas inúmeras cartas produzidas nas diversas cidades que sediaram o Fórum. Para avançarmos na discussão estratégica de políticas públicas como direito de Estado e não apenas de governo, será preciso incluir a realidade municipal, verificando as causas estruturais do desmonte do planejamento em todo o país.

Entre as metas do Fórum de Presidentes para o próximo triênio estão:

- a. Fortalecimento do Fórum como instância consultiva para o apoio e desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo;
- b. Apoio direto do Fórum junto ao CAU/BR;
- c. Reafirmação das Cartas como necessidade de afirmação de preceitos e princípios conceituais sobre a ideia de cidade e de Nação;
- d. Avançar no diálogo com todas as instituições vinculadas a área de arquitetura e urbanismo;
- e. Oportunizar a discussão de temas urbanos considerados fundamentais para a melhoria da qualidade de vida urbana;
- f. Promover o debate sobre as questões da arquitetura e do urbanismo no contexto da cultura da sociedade;
- g. Discutir a visão complexa, integrada e de transformação espacial do arquiteto e urbanista;
- h. Intensificar o debate sobre a participação social inclusiva;
- i. Discutir a questão da governança;
- j. Promover o debater sobre a crise ética institucional;
- k. Discutir projetos, planos, programas como parte de uma estrutura maior de inserção de políticas efetivas e continuadas.

Curitiba, 18 de novembro de 2014.